

“Metodologias para abordagens sobre Inventários Culturais em bairros.”

Methodology for an approach to Cultural Inventory in neighborhoods.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i2.2925>

Rangel Cerceau Netto

Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
Professor da Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Email: cerceaup@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Professor do Curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Email: ralanari@gmail.com



Recebido em: 05/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar a metodologia conceitual para realizar os Inventários culturais em bairros. O foco principal do trabalho é a produção de mapas de percepções desenvolvidos junto à comunidade detentora do patrimônio cultural local. Procurou-se valorizar as representações tecidas pelos membros que frequentam e integram à comunidade de uma localidade para, a partir da identificação de suas demandas, sugerir formas de se trabalhar o patrimônio cultural do bairro.

Palavras-chaves: Inventário cultural – mapas de percepção – patrimônio Cultural.

Abstract: The article aims to demonstrate the conceptual methodology for conducting cultural Inventories in neighborhoods. The main focus of the work is the production of maps of perceptions developed with the community that holds the local cultural heritage. We tried to value the representations made by the members who attend and integrate the community of a locality, from the identification of their demands, to suggest ways of working on the cultural heritage of the neighborhood.

Keywords: Cultural inventory - perception maps - Cultural heritage.

Introdução

Dos Inventários culturais à idealização de uma proposta atual

O projeto de inventariar os espaços culturais surge com a atual preocupação de se preservar a dimensão imaterial da cultura. Pois, a necessidade de reconhecimento das manifestações culturais como bem imaterial fortifica o sentimento de pertencimento da população local, mantendo e celebrando regularmente as suas raízes, além de propiciar o reconhecimento dos espaços de celebrações. “Com isso, os inventários na perspectiva cultural se valoriza, justamente, pela dimensão viva da cultura (CASTRIOTA, 2009, p.13.).

As atividades associada a produção de um Inventário do Patrimônio Cultural refletem os desdobramentos recentes das discussões a respeito da preservação dos bens culturais nas grandes cidades no Brasil. A utilização do Inventário como instrumento de planejamento para o registro dos bens imateriais tornou-se outra forma de proteção. Instrumento tradicional, o inventário vem sendo utilizado para a preservação, sistematicamente no Brasil, desde o final da década de 1930, embora a sua aplicabilidade valorizasse, até pouco tempo, apenas os bens materiais edificados.

Foi somente a partir da década de 1970 que os inventários passaram a refletir uma série de mudanças nas ações preservacionista. Afinal, a crescente influência da Antropologia nos estudos históricos sobre as cidades levaram à ampliação do conceito de “patrimônio”, que passou a ser qualificado não mais como “histórico e artístico”, mas com o adjetivo “cultural”. Este novo “patrimônio cultural” passou a integrar em seu bojo não apenas as edificações, monumentos, acervos artísticos ou documentais, mas também as manifestações culturais, que passaram a ser denominadas de “patrimônio imaterial”. Este, por sua vez, seria composto pelas práticas, celebrações, modos de fazer, lugares, personagens que integram os modos de viver no meio urbano e rural e constituem as paisagens culturais peculiares a ambientes específicos. (CASTRIOTA, 2009, p. 80-84).

No que tange ao conceito de “patrimônio cultural” Castriota (2009) afirma que a Antropologia contribuiu para a ampliação do conceito, que, com sua perspectiva relativizadora, integra os grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. A noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Mas o mais importante foi que o próprio conceito de “patrimônio cultural” ampliou-se numa perspectiva de superação a visão retificada da cultura como um conjunto de coisas.

A História Interdisciplinar dos *Annales* também contribui para a ampliação do que é “histórico”. Estabelecendo assim, interesses com a mentalidade e a cultura material (vestimentas, utensílios, habitação, alimentação). É interessante mencionar que a palavra patrimônio é de herança do direito romano e designava todo conjunto de bens que tinham algum valor econômico, sendo objeto de apropriação privada. Mas com o decorrer do tempo, o uso da palavra se ampliou, sendo utilizado em várias expressões como “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio natural”, “patrimônio arquitetônico”. Alias, como nos lembra Françoise Choay, o conceito de patrimônio arquitetônico também sofreu uma ampliação com o tempo. Antes, o patrimônio arquitetônico concebia-se como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos como representantes significativos da arquitetura do passado, atribuía-se um valor histórico e/ou estético, e, como tal, dignos de preservação (CHOAY, 2001, p.11). Uma concepção que ainda trabalhava com a ideia tradicional de monumento único. Depois o conceito foi ampliado para conjuntos arquitetônicos inteiros e mesmo para a produção contemporânea, aliando-se critérios estilísticos e históricos a preocupações com o entorno, a ambiência e o significado.

No que diz respeito as contribuições do patrimônio imaterial e suas principais definições. Souza Filho (2005) menciona algo muito interessante, no que diz respeito aos bens culturais intangíveis, segundo ele, em todos os bens culturais existe uma grandeza imaterial que é justamente o que os faz culturais, pois a razão cultural dos bens, principalmente, os materiais está numa imaterialidade complexa. Ou seja, todo bem cultural é intangível ou imaterial porque é a cultura humana que lhe atribui valor. Ainda segundo Souza Filho (2005) fica óbvio que o sentido da preservação patrimonial não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente. Assim a noção

de patrimônio Imaterial está enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

A recente utilização dos inventários para se registrar os bens imateriais tem se mostrado um poderoso instrumento de preservação. Se bem explorado metodologicamente, pode-se ultrapassar a sua função original – a de produzir registros de bens culturais a serem protegidos – passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que fornece bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes. Hoje, o inventariamento dos bens culturais aplicado para se estudar os bairros em Belo Horizonte possui uma posição de independência frente aos órgãos oficiais. Nesse sentido, os inventários possuem uma função de acessória ao sistema de preservação patrimonial oficial, mas o foco principal se encontra na comunidade local que é detentora do patrimônio cultural instituído por distintas manifestações culturais.

Assim, as técnicas de inventariar passam a ser produzidas e analisadas com a amplitude do conceito de patrimônio. Com os inventários deve-se trabalhar com análise de diversos suportes de memória – as edificações e os espaços, os documentos, as imagens e as palavras –, mas também se torna necessário a ampliação dos instrumentos de conhecimento e análise. Dessa forma, a ampliação do conceito de patrimônio cultural passa-se a considerar os elementos materiais e técnicos, os utensílios procedentes do “fazer popular”, os bens móveis e imóveis, as criações individuais que são componentes do acervo artístico.

Na Contemporaneidade uma lógica para a escolha do que Inventariar?

A discussão sobre os valores tem-se tornado central na sociedade contemporânea, sendo debatida em diferentes esferas dos campos disciplinares das Ciências Sociais. Principalmente no campo do patrimônio. O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência. Existem diversos valores que muitas vezes entram em conflito. No campo da conservação do patrimônio, os valores são centrais para se decidir o que conservar e que bens materiais/imateriais representarão a nós e a nosso passado.

As pessoas há todo tempo tomam decisões e agem de acordo com os seus próprios “valores”. Nossas ações exprimem nossos valores. Os valores não estão nas coisas em si. Eles dependem de quem avalia. Portanto, os valores podem variar entre pessoas e grupos. Os valores podem mudar com o tempo. E quando nossos valores mudam, muda nosso olhar sobre as coisas do mundo. A maioria das pessoas concordam quanto a valores básicos. Mas o que acontece quando os valores básicos entram em choque?

A própria ampliação da ideia de Patrimônio Cultural ligada a uma noção contemporânea de que os valores atribuídos adquirem sentidos pela interpretação humana e que são tributários de dimensões culturais, fruto dos lugares sociais em que são produzidos e recebidos marcam os choques culturais. Pode-se dizer que aquilo que se entende como patrimônio sofre um processo de metamorfose e muda de acordo com os valores sociais de cada período histórico. Como exemplo, pode-se citar que a industrialização, a urbanização e a globalização são conceitos atribuídos a certas práticas que foram entendidas como danosas aos bens culturais de determinados países, nações e/ou valores de identidades locais. Porém, com o avanço de um processo planetário de circulação cultural de produtos e pessoas, os próprios lugares sociais tornaram-se transnacionais e fazem com que as comunidades preservem seus valo-

res culturais fora de suas fronteiras locais e nacionais. Como diria Nestor Garcia Canclini (2008, p.89), o que antes era entendido como prejudiciais à preservação dos bens culturais de uma nação ou país, agora podem ser aceitos como condições que propiciam a sua preservação. As novas discussões acerca do Patrimônio Histórico e Cultural levam a uma nova percepção atenta às suas identidades e que está cada dia mais conectado ao mundo globalizado, mas também às necessidades do patrimônio Histórico e da memória local.

Os valores são entidades do pensamento. Eles não existem na realidade materializada. Não são propriedades dos objetos. São atribuídos às coisas por um sujeito ou grupo. Alias, valor implica sempre uma relação de um sujeito com um objeto. Os valores só existem na medida em que um indivíduo/grupo avalia e valoriza algo. Dessa forma, a conceituação do que inventariar um bairro, por exemplo, inscreve-se em várias possibilidades, pois os seus espaços, necessariamente, refletem uma natureza imaterial: a apropriação por parte dos moradores e visitantes, o uso imaterial dos locais frequentados por diversos grupos e suas ressignificações, a disposição dos bares e as localizações dos espaços de manifestações e eventos, a circulação interna e externa dos frequentadores constituem características de alguns exemplos de bens culturais há serem inventariados localmente. Compreende-se que os valores serão fatores decisivos nas práticas do campo do patrimônio, parte indissociável das medidas tomadas. Essas medidas, assim como o discurso de preservação patrimonial estará acompanhada pela ideia de proteção a cultura, num sentido de que o bem não perde suas referências histórico-culturais.

Segundo Castriota (2009) a partir dos anos 1970 começa o processo de descentralização das políticas de patrimônio no Brasil, com a criação de vários órgãos estaduais e municipais de preservação. No ano de 1984, em Minas Gerais, é criado um importante órgão de inventariamento, o IPAC-MG, inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. Segundo a própria formulação do IPAC-MG, este órgão se apresenta como um “inventário de conhecimento”, voltado para “identificação dos bens de interesse de preservação”, com vistas a estimular “sua proteção e estudo posterior. A principal função dos inventários é fornecer uma fonte de conhecimento das referências de identidade. Nesse sentido, a metodologia de se construir parâmetros para se produzir os inventários culturais, pode-se seguir pelo levantamento dos bens agrupados por categorias já descritas nos livros de registros criados pelo Decreto 3.551/2000. Afinal, o registro de bens culturais imateriais tem como fundamento o instrumento chamado inventário cultural que reflete a dinâmica do próprio instrumento de registro que estão divididos em 4 grupos:

Livro de Registro dos Saberes – Onde são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

Livro de Registro das Celebrações – Onde são inscritos os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

Livro de Registro das Formas de Expressão – Onde são registradas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e

Livro de Registro dos Lugares – Destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (LIVRO DO REGISTRO, 2013)

Em retrospectiva, reitera-se que a ideia de inventariar o patrimônio cultural é parte de uma estra-

tégia de reinterpretação dos significados que são atribuídos pelos diversos agentes que frequentam um determinado bairro ou lugar no tempo presente, pois a relação que está estabelece com o tempo é totalmente singular. Em consequência, a relação com a tradição também se modifica, sendo que nesta, a sua dimensão dinâmica passa a se sobrepor sobre a sua dimensão cristalizada, passa-se a conceber uma relação reflexiva com o passado e com a tradição no presente, o que reafirma a dimensão viva de uma tradição cultural.

É importante pensar o processo de feitura dos Inventários culturais dentro da lógica de que os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação. Ou seja, as culturas não são estáticas, o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo ou melhor pelas fichas de inventários produzidas no tempo. Dessa forma, a própria tradição que possui uma dimensão necessariamente conservadora, possuiria também uma dimensão dinâmica. Impedindo assim sua cristalização ou homogeneização cultural. Em relação a essa proposição citamos Souza Filho que preleciona:

A preservação do meio ambiente, natural e cultural, não pode ser global, porque isto implicaria impedir qualquer intervenção antrópica modificativa do meio ambiente e manteria estático o processo cultural. Preservar toda intervenção cultural humana na natureza ou toda manifestação cultural é um absurdo e uma contradição, porque à guisa de proteger as manifestações passadas, se estaria impedindo que a cultura continuasse a se manifestar. Implicaria não admitir qualquer possibilidade de mudança, processo ou desenvolvimento. Assim como preservar intocado o meio ambiente natural, seria matar a vida. Se fossem preservadas intactas todas as intervenções humanas, não haveria possibilidade de evolução ou desenvolvimento social. (SOUZA FILHO, 2005, p 21)

Assim evita-se que a metodologia de produção de Inventários culturais negligenciasse os acréscimos de outros períodos, distorcendo uma veracidade histórica que manteria as marcas das diversas épocas? Afinal, a metodologia aplicada na produção dos inventários trabalha com a relação processual do lembrar e do esquecer. Assim, para se criar uma memória privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, ilumina-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. No entanto, mesmo que esses problemas se manifestem no efeito da produção de fichas de inventários, não podemos descaracterizar a principal função das políticas de preservação patrimonial que são evitar a perda das referências histórico-culturais. E se por um lado, as políticas de preservação patrimonial apresentam essa faceta, pelo outro, elas se massificam. Num mundo moderno na qual a lógica da cultura passa a ser a da própria mudança, da substituição incessante de valores e modelos, a dimensão dinâmica da tradição se torna privilegiada e sobrepõe sua dimensão estática.

Patrimônio Cultural, Paisagem e Mapas de Percepção

Com a contribuição da antropologia e da geografia nos debates sobre a dimensão imaterial do patrimônio, constituída por práticas, celebrações, lugares, modos de fazer, técnicas e outras formas de apropriação do meio, foi possível pensar a questão patrimonial a partir de uma dimensão que valoriza a interação entre múltiplos agentes que constituem o vivido humano. Essa dimensão foi sintetizada na ideia de “paisagem cultural”.

Entendidas como espaços de ocorrência das práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território, as paisagens são o pano de fundo a partir do qual os membros de uma comunidade percebem os lugares nos quais estão inseridos e com os quais se relacionam, estabelecendo as imagens sobre seu cotidiano imediato. Elas não devem ser associadas a supostos “meios naturais” ou “artificiais”, mas a uma complexa rede de percepções em interações composta por processos de criação e recriação, sendo fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade. De acordo com Milton Santos, a paisagem é:

“[...] o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1988, p. 40.).

Portanto, as paisagens são, ao mesmo tempo, fruto da ação transformadora do homem em relação ao meio natural e, também, imagens culturais, discursos que representam e estruturam, de forma simbólica, o mundo. O significado verbal, visual ou construído da paisagem possui uma história de trocas complexas entre esses elementos. Essa troca é marcada pela importância cultural que as paisagens vão adquirindo ao longo do tempo como elementos referenciais de identidades e culturas diversas, sendo possível a constituição de um patrimônio paisagístico, histórico e cultural (SANTOS, 1977, p. 18.). Segundo Catrogiovanni, compõem a paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo (CASTROGIOVANNI, 2002, p.132.).

A aproximação entre as discussões sobre as paisagens e as políticas de salvaguarda e preservação do patrimônio resultou em um processo gradual de reorientação da forma de se valorizar os bens patrimoniais. Com a revisão do conceito de “patrimônio histórico e artístico”, que deu lugar ao de “patrimônio cultural”, a dimensão imaterial da cultura entrou no foco das políticas públicas, trazendo para o âmbito de atuação desta área as ações referentes aos sítios naturais e as diferentes manifestações das populações locais. As primeiras ações nesse sentido ocorreram a partir da Convenção para o Patrimônio Cultural, realizada em 1972. No relatório final desse evento foi criada uma Lista do Patrimônio Mundial, divididos em duas categorias: patrimônio natural e patrimônio cultural. Se é possível perceber, nessa iniciativa, uma vinculação à divisão tradicional entre “natureza” e “cultura”, o estabelecimento de uma política de valorização da dimensão cultural e imaterial dos patrimônios representou grande avanço para a valorização das paisagens como formas identitárias das sociedades ao redor do mundo. Em 1992, na ECO92, as discussões foram retomadas, levando ao estabelecimento do conceito de “paisagem cultural”. No documento de conclusão dos trabalhos a categoria de “paisagem cultural” foi oficializada pela UNESCO como o conjunto dos

“[...]monumentos que representem as obras combinadas do homem e da natureza, que sejam ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo; que reflitam as técnicas viáveis de utilização da terra “tomando em consideração as características e limites do ambiente natural no qual estão inseridas, assim como uma relação espiritual específica com a natureza”; as que tiverem um valor universal excepcional e representatividade da região geocultural a que pertencem tendo em vista sua capacidade de ilustrar os ele-

mentos culturais essenciais e distintos dessa região; e que recubram grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural.” (CURY, 2000, p. 157.).

A recepção do conceito de Paisagem Cultural no Brasil ocorreu anos depois, já na década de 2000. A Carta de Bagé, resultado de um encontro realizado na cidade gaúcha em 2007, procurou estabelecer diretrizes que norteassem a utilização do conceito nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Seu artigo segundo estabelece:

“A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Brasília, 2007, p. 1- 2.).

As paisagens culturais, seguindo esses pressupostos, se efetivam na confluência entre o natural e o cultural, a partir dos materiais dos quais os homens e mulheres se servem para a operacionalização de suas vidas mais imediatas e dos valores atribuídos ao meio natural pelos sujeitos históricos em face dos dilemas de seus presentes. Elas estão sempre associadas a formas de expressão, modos de fazer, práticas de lazer e celebrações que conferem dinamismo à vida social que transcorre em interação com os recursos naturais. Essa visão “patrimonial” das paisagens privilegia, enfim, o aspecto humano da experiência do mundo. É justamente com o intuito de valorizar o aspecto humano do patrimônio e sua face “subjetiva” que optamos por adotar uma metodologia desenvolvida recentemente dentro das políticas patrimoniais e que tem, também, origem na geografia: os “Mapas de Percepção”. Esta metodologia se ancora em estudos como os de Kotzel (2007), para quem os mapas, como produtos culturais, expressam múltiplas formas de significação do espaço, expressa na iconografia e na própria seleção dos pontos fixados sobre o suporte cartográfico. Salete Kotzel ressalta a importância dos “mapas mentais” para a elucidação das complexas tramas culturais e simbólicas que, somadas à materialidade do meio físico - modificado ou não -, compõem a significação do vivido dos homens no espaço. Assim, o recurso à cartografia, antes de mobilizar a ideia de precisão, aponta tanto para o caráter “imaginativo” dos mapas quanto à existência de diversos “filtros” de leitura da cidade que levam à escolha de diferentes pontos de referência pelos sujeitos que os elaboram (KOTZEL, 2007). Essa aplicação dos mapas, dentro do âmbito de nosso trabalho, se pauta na crença de que os mapas mentais, como defende Denis Richter, são resultados, ao mesmo tempo, da experiência dos indivíduos e das configurações socio-culturais vigentes em diferentes grupos que compõem as comunidades (RICHTER, 2010).

Esta metodologia - e a concepção de cartografia que a fundamenta - possui pontos de contato nítidos com os estudos mais recentes acerca dos aspectos multifacetados das memórias sociais e individuais. Em primeiro lugar por lançarem luz para o que Jacques Le Goff, Pierre Nora e Paolo Rossi chamam de dialética da memória do esquecimento que extrapola as formas de controle da disciplina histórica e se associa às disputas por poder - material e simbólico - nas sociedades do presente (IN: LE GOFF; NORA, 1984). É nessa realidade do presente, tumultuada e engendradora de embates, que são elaboradas as interpretações sobre a nação, a cidade e os grupos sociais que a integram. Tais interpretações, na visão de Michael Pollak, são permeadas por enquadramentos dos fatos e processos históricos por parte dos indivíduos (POLLAK, 1989, p.3-15.).

Portanto, a escolha dos mapas de percepção como metodologia para a realização do Inventário do

Patrimônio Cultural em locais de Belo Horizonte, Minas Gerais, procurou dar voz à participação de diversos tipos de públicos, sejam aqueles compostos pelos moradores do bairro, pelos visitantes frequentes ou mesmo pelos visitantes eventuais ou que residam em outras cidades. A partir do cruzamento entre os diversos mapas elaborados pelos participantes, será realizada a tabulação dos dados obtidos para a elaboração de um inventário online, a ser disponibilizado na *internet* de forma que possa receber novas contribuições por parte dos usuários, servindo como um multiplicador de atividades relativas à promoção e valorização do patrimônio cultural e das memórias sobre a cidade e os bairros especialmente.

Referências Bibliográficas

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo, SP: Annablume; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2009.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Existe uma Geografia do Turismo? In.: GASTAL, Susana; BENI, Mario Carlos; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). *Turismo: Investigação e Crítica*. – São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).
- CERCEAU NETTO, Rangel. EDITORIAL. e-hum, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 5-7, jul. 2015. ISSN 1984-767X. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1588>>. Acesso em: 29 maio 2020.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001
- CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2000.
- KOTZEL, Salete. Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S. [et al] (orgs.). *Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir). *História: Novos Problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A.,(1974), 1976.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RICHTER, Denis. Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2010.
- ROSSI, Paolo. *O Passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e sua proteção jurídica*. Curitiba –PR: Juruá, 2005.